

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ)



CT-Rural: CÂMARA TÉCNICA DE CONSERVAÇÃO E USO DA ÁGUA NO MEIO RURAL
CT-RN: CÂMARA TÉCNICA DE PROTEÇÃO E CONSERVAÇÃO DOS RECURSOS NATURAIS

GRUPO DE TRABALHO – GT-MANANCIAS

Ata da 35ª Reunião Ordinária - 20/09/2019 – 9-13 h

INSTITUTO DE ZOOTECNIA - CCTC / sala 4 da PG – Nova Odessa - SP

Membros presentes	
Entidade	Representante
CATI / CDRS	Henrique Bellinaso André L. X. Macedo Barreto
CETESB	Maurício Magossi
Cooperativa OLAMBRA	Petrus Weel
DAE S/A Jundiaí	Maria Carolina H. D. Simões Haila Coutinho
INEVAT / CONIRP	Roberto Polga
IZ – APTA	João José A. de A. Demarchi
Jaguatibaia / PUC	Luiza Ishikawa Ferreira
PM de Limeira	Meire Menezes Bassan Raquel Schmidt
PM de Rio Claro	Miguel M. Milinski
SANASA	Ana Lúcia F. R. Vieira
SMA / CBRN	Natália Gomes Fernandes
SR de Rio Claro	João Primo Baraldi

Membros Ausentes	
Entidade	Representante
CATI / CDRS	Denis Herisson da Silva
Consórcio PCJ	Guilherme A. Valarini
COOTA	Patrícia Montebelo
DAE S/A Jundiaí	Cláudia Debroi de Campos
DAAE Rio Claro	Márcio Afonso Brunini Frandi
INEVAT	Cláudia Grabher
Fundação Florestal	Luiz Sertório Teixeira
Instituto de Zootecnia	Simone R. Oliveira
PM de Charqueada	Marcelo Eric de Almeida Santos
PM de Limeira	Gabriela Alves Ribeiro
PM de Salto	Carlos M. do Nascimento Faria Gabrielle R. de Oliveira
PM de Toledo	Damião Aparecido do Couto
SR de Limeira	Nilton Piccin
TNC	Henrique Bracale
UNESP / IGCE	Gilda Carneiro Ferreira

Convidados / Inscritos	
Entidade	Representante
Agência PCJ	Bruna Juliani Leonardo Baumgratz
PM de Nova Odessa	Jorge Pereira Fagundes

Secretaria Executiva	André Luiz Sanches Navarro
Comitês PCJ	Luiz Roberto Moretti

(T) - Titular (S) - Suplente (R) - Representante

1. Abertura da 35ª Reunião Ordinária (item 1 da pauta): Após o *Welcome Coffee*, o novo coordenador Sr. Henrique Bellinaso (CDRS/SAA) fez a abertura da 35ª Reunião Ordinária do GT-Mananciais às 9:35h e deu as boas vindas aos presentes. O secretário João Demarchi comentou sobre a alteração na pauta original, com a apresentação da Secretaria Executiva (André Navarro e Luiz Moretti) sobre uma proposta de compatibilização da priorização de áreas (CRF) com diretrizes gerais de investimento dos Comitês PCJ.); **2) Proposta de compatibilização da priorização de áreas (CRF) com diretrizes gerais de investimento dos Comitês PCJ (item extraordinário da pauta):** O Sr. André Navarro (SE Comitês PCJ) fez uma apresentação trazendo inicialmente o que é feito na área de saneamento para priorizar os investimentos disponíveis. O Modelo de priorização vigente para coleta e tratamento de esgotos (PDC 3) e redução de perdas hídricas (PDC5) - Deliberação dos Comitês PCJ nº 297/2018: Define o cronograma e as regras para seleção de empreendimentos de Demanda Priorizada e Demanda Espontânea visando à indicação para obtenção de financiamento com recursos da Compensação Financeira/Royalties e das Cobranças PCJ (federal e paulista) pelo uso dos recursos hídricos, referentes aos orçamentos de 2019 e 2020 e dá outras providências”. Lições aprendidas com a demanda priorizada - Hierarquização sem flexibilidade dificulta o cumprimento do Programa de Investimentos, pois os priorizados podem, por inúmeras razões, não ter condições de candidatar-se a tomador de recursos. Os critérios que orientam a priorização precisam contemplar elementos técnicos como maior criticidade, maior benefício líquido, maior benefício *per capita*. Proposta de priorização (P3 - ECA) para coleta e tratamento de esgotos, remoção de nutrientes e coliformes - Utilização de diversos critérios técnicos para pontuar e hierarquizar os municípios. Exemplo: Coleta de esgotos. Diferença entre o Índice de Coleta atual e a meta do Plano das Bacias PCJ (%), Carga de DBO remanescente não coletada (kg/dia); Hierarquização sistematizada em 5

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ)

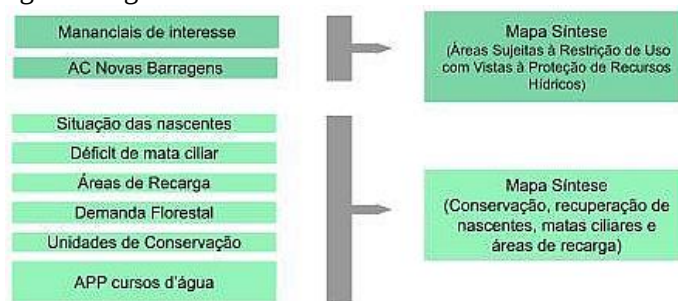


CT-Rural: CÂMARA TÉCNICA DE CONSERVAÇÃO E USO DA ÁGUA NO MEIO RURAL CT-RN: CÂMARA TÉCNICA DE PROTEÇÃO E CONSERVAÇÃO DOS RECURSOS NATURAIS GRUPO DE TRABALHO – GT-MANANCIAIS

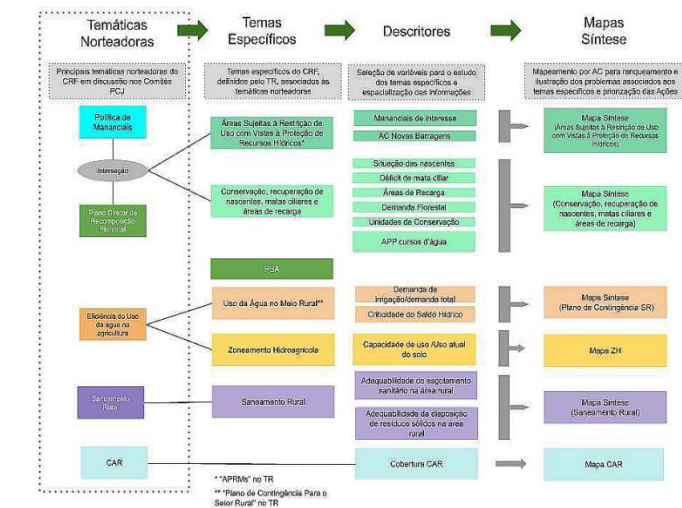
Ata da 35ª Reunião Ordinária - 20/09/2019 – 9-13 h
INSTITUTO DE ZOOTECNIA - CCTC / sala 4 da PG – Nova Odessa - SP

faixas de prioridade. Proposta de priorização em discussão para inclusão no P4 ou P5; Hierarquização das ACs considerando toda a bacia. Hierarquização sistematizada em 5 faixas de prioridade. Resultados pretendidos: Edital visando à inscrição de municípios que tenham território em ACs hierarquizadas, por faixa de prioridade; Indicação de microbacias integrantes das ACs hierarquizadas. Foram utilizados diversos mapas para ilustrar a proposta apresentada. Os detalhamentos a serem realizados via Edital com Pontuação diferencial para características institucionais e do território. Capacidade institucional dos municípios inscritos (microbacias em ACs na faixa 1 de prioridade), Microbacia integrando área de manancial: municipal; regional, sistema integrado (SAR) e outros aspectos relevantes considerando os princípios da Política de Mananciais. Hierarquização é ponto de partida. Processo de planejamento é contínuo. Adequações poderão ser realizadas no decorrer do processo. Proposta de priorização do P3 do CRF. Diversos mapas relacionados aos programas previstos. Conforme figura a seguir:

denominado de “Mananciais de Interesse”, conforme figura a seguir:



O secretário João Demarchi, coordenador da CT-RN, e demais membros presentes no GT-Mananciais, concordam que a priorização que vem sendo dada para os municípios ou bacias hidrográficas / AC's na Política de Mananciais PCJ é do relacionamento mais direto com o abastecimento urbano, não sendo feita nenhuma restrição a qualquer proposta feita por qualquer município que se enquadre no edital. A ideia é que todos os municípios tenham pelo menos uma microbacia hidrográfica ou área de contribuição para os mananciais de forma a servir também como um processo de intervenção educativa no local, além da óbvia e necessária proteção dos mananciais e obtenção de maior segurança hídrica no município. Entretanto, a priorização por faixas não deve alterar muito as ações que vem sendo conduzidas, sendo também um fator de estímulo e apoio aos municípios que tenham maior dificuldade em apresentar projetos para a política de mananciais e receberiam maior atenção e apoio da Agência de Bacias e dos Comitês PCJ. O Sr. João Demarchi ainda concluiu dizendo que o GT-Indicadores e Monitoramento pretende desenvolver e apresentar novos indicadores que levem em consideração não só parâmetros hidrológicos, biológicos e geológicos, mas também os culturais, sociais, econômicos e políticos que interferem diretamente no uso e ocupação do solo, criando-se a possibilidade de termos uma classificação mais realista para todas as AC's sobre as dificuldades e desafios para intervenção e "reenquadramento" dessas áreas de contribuição, garantindo-se com isso maior disponibilidade e qualidade da água disponibilizada para os mais diversos usos; **3. Secretaria - Informes Gerais (item 2 da pauta):** O Sr. João Demarchi, secretário do GT não colocou a ata da reunião anterior para aprovação,



Uma sugestão seria unificar mapas. Haveria aceitação? Um mapa contemplando vários critérios para hierarquização das ACs visando investimentos dos Programas I e II da Política de Mananciais? Quais seriam os descritores (?). Foi uma Sugestão discutida no GT-Acompanhamento o de dar peso maior ao descritor

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ)



CT-Rural: CÂMARA TÉCNICA DE CONSERVAÇÃO E USO DA ÁGUA NO MEIO RURAL
CT-RN: CÂMARA TÉCNICA DE PROTEÇÃO E CONSERVAÇÃO DOS RECURSOS NATURAIS

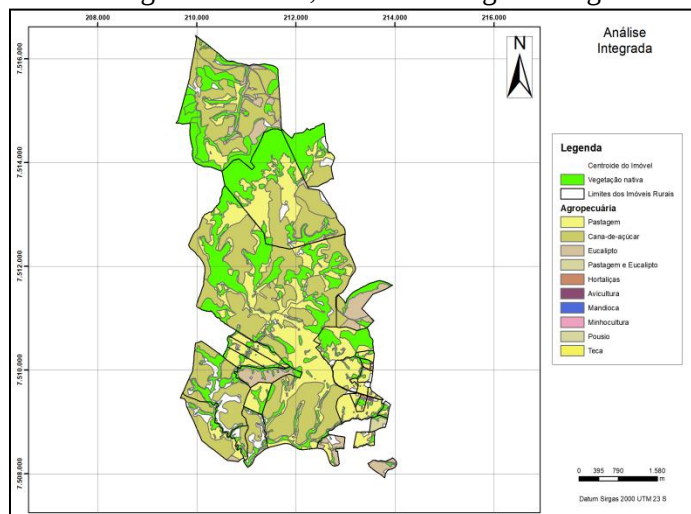
GRUPO DE TRABALHO – GT-MANANCIAIS

Ata da 35ª Reunião Ordinária - 20/09/2019 – 9-13 h

INSTITUTO DE ZOOTECNIA - CCTC / sala 4 da PG – Nova Odessa - SP

ficando a mesma para ser discutida e aprovada na próxima reunião ordinária. **Informes: (3.1) 3ª Reunião do Grupo de Revitalização do Ribeirão Quilombo:** O Sr. João Demarchi comentou que participou dessa reunião do dia 12 de setembro de 2019 realizada em Nova Odessa e coordenada pelo Consórcio PCJ e que fez uma rápida exposição do potencial de captação de recursos e investimentos técnicos na revitalização do Ribeirão Quilombo através da Política de Mananciais, desafiando a CODEN a investir recursos do fundo de recursos hídricos do município para construção e apresentação de um projeto no próximo edital de 2020. O Secretário Executivo Luiz Moretti também esteve presente e enfatizou a necessidade de maior esforço em Educação Ambiental neste processo de revitalização, e que o Consórcio tem grande experiência neste assunto. O principal intuito dessa reunião, além da apresentação dos avanços já obtidos, foi o de enfatizar a necessidade de apoio de diversos parceiros, como o DAEE, CETESB, Câmaras Técnicas dos Comitês de Bacias PCJ, ARES PCJ, Fundação Agência de Bacias PCJ, GAEMA, entre outros; **(3.2) Reunião da CT-Rural em Rio Claro (FEENA):** O Sr. João Baraldi comentou sobre a realização da 136ª Reunião ordinária da CT-Rural e da apresentação que será feita pelo Promotor Dr. Rodrigo Sanches Garcia sobre Plano de Saneamento Rural, conclamando a todos que puderem participar dessa importante reunião; **(3.3) Workshop sobre Vazão Ambiental/ Ecológica:** O Sr. Petrus comentou sobre essa importante reunião que será realizada na CETESB em São Paulo com o objetivo de reunir especialistas para debater estudos que vem sendo realizados em nível nacional sobre esse tema de vazão ambiental ou ecológica. Esse assunto foi inicialmente trazido para a CT-RN na gestão do coordenador Rinaldo Calheiros IAC/SAA), podendo voltar à tona com essas novas informações que possam ser apresentadas neste evento; **4. Projeto de Charqueada / São Pedro - evento de entrega dos PIP'ss (item 5 da pauta):** O Sr. Leonardo (Agência de Bacias PCJ) e a Srta. Bruna (Agência de Bacias PCJ) fizeram apresentações sobre os resultados do evento de entrega dos projetos individuais das propriedades para os produtores rurais realizado no último dia 31 de agosto de 2019 em Charqueada. Foi feito um relato do evento e da situação das propriedades envolvidas

para realização dos 30 PIPs. No dia foram entregues 14 PIPs aos proprietários presentes. Coletou-se assinatura dos proprietários presentes no Termo de Interesse de Participação. O evento contou com 48 participantes. As APPs a serem recuperadas totalizam 222 ha. Foram detectadas deficiências de conservação do solo e de saneamento rural, sendo necessárias 23 fossas biodigestoras modelo EMBRAPA, 23 wetlands e quatro biodigestores comerciais. O custo previsto com a restauração, cercamento, saneamento rural e conservação de solos nos 2175 hectares das propriedades envolvidas tem um valor aproximado de R\$ 25 milhões. Espera-se que com a participação dos parceiros, como a SOSMA que fará a restauração florestal, os investimentos demandados para os Comitês PCJ serão drasticamente reduzidos. Foram apresentados diversos mapas com a análise integrada da bacia, conforme a figura a seguir:



5. Relatório sobre o andamento das ações em execução dos Programas I e II (item 6 da pauta): A Srta. Bruna fez a apresentação destacando-se os seguintes pontos para o Programa I: **Situação: Salto** (1 propriedade) com execução direta pela Assessoria Ambiental da Agência de Bacias PCJ; **Artur Nogueira** são 45 propriedades – Processo licitatório no 2º semestre 2019; **Charqueada** (48 propriedades) – Processo licitatório no 1º semestre 2020; **Jaguariúna** (21 propriedades) – Processo licitatório também no 1º semestre 2020. Os processos licitatórios são na modalidade Técnica e Preço (mínimo de 90 dias). Para o Programa II - **Situação: Piracicaba** (10 propriedades);

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ)



CT-Rural: CÂMARA TÉCNICA DE CONSERVAÇÃO E USO DA ÁGUA NO MEIO RURAL
CT-RN: CÂMARA TÉCNICA DE PROTEÇÃO E CONSERVAÇÃO DOS RECURSOS NATURAIS

GRUPO DE TRABALHO – GT-MANANCIAIS

Ata da 35ª Reunião Ordinária - 20/09/2019 – 9-13 h

INSTITUTO DE ZOOTECNIA - CCTC / sala 4 da PG – Nova Odessa - SP

Limeira (10 propriedades); **Jaguariúna** (7 propriedades); **Piracaia** (17 propriedades) e **Jundiá** (16 propriedades). Todos aguardando fechamento de contrato com a **Caixa Econômica Federal (Reunião agendada para 20/09)**. Com relação aos contratos gerenciados pela Assessoria Ambiental foram **finalizados em 2019** - Contrato nº 031/17 – CODASP (PIPs Analândia, Charqueada e São Pedro); Contrato nº 055/18 - Irrigart Engenharia (PIPs 3 propriedades Analândia). Ainda em **execução no ano de 2019**: Contrato nº 004/19 – VB Ambiental (cercamento propriedades Analândia) e Contrato nº 046/18 – Novaes Engenharia (Gerenciadora Ambiental); **6. Calendário e organização futura dos Editais da Política de Mananciais (item 4 da pauta)**: O Sr. João Demarchi comentou que é fundamental que haja uma programação fixa para lançamento anual dos editais de forma que as municípios / interessados possam se planejar melhor para apresentar seus projetos, havendo concordância para essa ação também pelos representantes da Agência de Bacias PCJ. Proposta é: Aprovação em março; Edital lançado em abril e as inscrições de maio a julho; realização de um workshop maio, avaliação dos projetos de agosto a setembro para aprovação pelas CTs em outubro, aprovação da CT-PL em novembro e aprovação pela plenária dos Comitês PCJ em dezembro; ; **7. Plano de Trabalho - Aprovação (item 3 da pauta)**: O Sr. João Demarchi apresentou a atualização do Plano de Trabalho, ficando aprovado a seguinte série de ações previstas: **Ação A** - Condução das atividades do Grupo de Trabalho Reuniões mensais; atas das reuniões com aprovação dos membros; atualização dos membros e da coordenação; **Produtos Esperados**: discussão e aprovação de projetos; **Prazo para execução**: Contínuo - 24 meses (fazendo-se as alterações necessárias e a análise dos projetos enviados para captação de recursos); **Ação B** - Acompanhamento de projetos em andamento e do projetos em processo de licitação; Relatórios confeccionados com análise do andamento dos projetos e utilização dessa experiência para melhorias na Política de Mananciais; Contínuo - 24 meses (até todos os projetos serem considerados aprovados e ou encerrados); **Ação C** - Integração: Evento Inter GT (organização das ações desenvolvidas nos três grupos de trabalho de forma integradas com a CT-RN, CT-Rural, CT-EA e CT-ID). Aproveitar as reuniões de

coordenadores de câmaras técnicas reativado; Pode ser aproveitada uma reunião já prevista da CT-RN ou de um dos GTs para integrar os demais grupos e câmaras técnicas. Podem ser agregadas ações de outras câmaras técnicas, como a CT-OL, CT-AS e ou CT-SAM; Reuniões, oficinas ou workshops anuais; 2 meses; **Ação D** - Elaborar um Resumo Executivo da Política de Mananciais com viés para enfrentamento das mudanças climáticas visando melhorar a comunicação e divulgação, além de tentar o engajamento de jovens na Política de Mananciais / Comitês de Bacias PCJ; Resumo Executivo / Folder atualizado da Política com essa temática; 4 meses; **Ação E** - Elaboração de Edital para apresentação de projetos para os Programas 1 e 2 pelos municípios interessados ou priorizados pela Política de Mananciais Anual - Fomento e comunicação das ações desenvolvidas pela Política de Mananciais; Edital / TR - Aprovação março; Edital abril lançamento; Inscrições maio a julho; Workshop em maio (item G). Avaliação dos projetos agosto setembro. Aprovação CTs outubro. Aprovação CT-PL novembro. Plenária - dezembro; Anual - 10 meses para cada edital; **Ação F** - Realização de Workshop integrado com o lançamento dos editais da política para os programas I e II / Seminário Mudanças Climáticas Portfólio/Cases para possíveis investidores; Workshop ou seminário realizado (com divulgação da Política, Incremento da sua qualidade e ou atualizações e Documento Relatório Síntese do evento). Outras formas de registro e difusão. **Folder sobre a Política atualizado**; 3 meses Maio 2020 (II) - 3 meses Maio 2021 (III); **Ação G** - Revisão dos Programas I e II Verificar se há ajustes a serem feitos - Objetos para melhoria: Plano de Sustentabilidade; Priorização por ACs; Incorporação dos mananciais nas planilhas de custo das concessionárias, inclusão do programa V, etc; Política de Mananciais revisada e a publicação da Deliberação em DO, 12 meses; **8. Palavra aberta / Outros Assuntos**: O Sra. Natália (SIMA) comentou e salientou a importância das iniciativas em defesa do clima e da mitigação das mudanças climáticas, citando uma jovem e suas iniciativas de mobilização global dos jovens por esse tema. Sugeriu que fizéssemos um folder da Política de Mananciais para ilustrar os impactos dessa política pública nos desafios do enfrentamento das mudanças climáticas; A Sra. Ana

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ)



CT-Rural: CÂMARA TÉCNICA DE CONSERVAÇÃO E USO DA ÁGUA NO MEIO RURAL
CT-RN: CÂMARA TÉCNICA DE PROTEÇÃO E CONSERVAÇÃO DOS RECURSOS NATURAIS
GRUPO DE TRABALHO – GT-MANANCIAIS

Ata da 35ª Reunião Ordinária - 20/09/2019 – 9-13 h
INSTITUTO DE ZOOTECNIA - CCTC / sala 4 da PG – Nova Odessa - SP

(SANASA) fez um pequeno resumo do evento **InterBacias** de Educação Ambiental realizado em São Pedro. Também destacou os possíveis efeitos do Decreto 10.000 no CNRH - Conselho Nacional de Recursos Hídricos, postura do governo federal de desmonte e desvalorização dos conselhos de modo geral. O coordenador Henrique comentou sobre evento do dia 06 de novembro que será realizado na ESALQ sobre florestas plantadas e a produção de água; **9. Encerramento:** O Sr. Henrique Bellinaso (CDRS), novo coordenador do GT-Mananciais, agradeceu a presença de todos, encerrando a reunião às 13h, desejando a todos um bom retorno aos seus domicílios de origem.

Henrique Bellinaso
Coordenador do GT-Mananciais - CT-RN

Meire Menezes Bassan
Coordenadora Adjunta do GT-Mananciais - CT-Rural



João José Assumpção de Abreu Demarchi
Secretário GT-Mananciais - CT-RN